Ação Fap
UNIFESP
5
Informativo da Fundação de Apoio à Unifesp
Edição 29 | Maio/ Junho de 2010

Unifesp conclui a Reforma do Estatuto

A Universidade Federal de São Paulo, que foi a Escola Paulista de Medicina de 1933 a 1994, quando se tornou uma universidade temática na área da saúde, passou nos últimos seis anos por um processo de expansão rápido e irreversível. Uma escola, com alguns cursos, instalada num único *campus* na Vila Clementino, na capital do estado, se transformou em uma universidade com cinco *campi* distribuídos pela região metropolitana, interior e litoral com 26 cursos oferecidos nas várias áreas do conhecimento. Para reger essa estrutura usou-se, ao longo desse tempo, o estatuto da universidade temática que era uma adaptação do regimento da Escola Paulista de Medicina com o acréscimo de resoluções e portarias conforme a necessidade. Havia a urgência de um novo estatuto que contemplasse essa nova realidade.

Uma **comissão de Reforma do Estatuto** foi então criada a partir de uma decisão do Conselho UNiversitário de outubro de 2007. Depois de um ano de trabalho, a comissão suspendeu suas atividades temporariamente até que a questão da substituição do reitor (*ver* **Ação Fap** *nº 19, novembro/dezembro de 2008*) estivesse resolvida. Foram seis meses de recesso. Com o professor Walter Albertoni, primeiro presidente da Comissão de Reforma do Estatuto tendo sido escolhido reitor, o professor Ricardo Smith, vice-reitor, assumiu o seu lugar e os trabalhos foram retomados em maio de 2009. A comissão de relatoria do novo estatuto tinha como secretário o professor Durval Rosa Borges e como relatores, os professores João Aléssio Perfeito, Lucila Amaral Carneiro Vianna, Reinaldo Salomão e Soraya Smaili. Eunice Akiyama secretariou as reuniões "com muita dedicação e eficiência" como fizeram questão de ressaltar os relatores.

A comissão se reunia inicialmente uma vez por semana. Nos últimos meses, eram três reuniões semanais. Além delas foram organizados fóruns gerais dos quais participaram alunos, professores e funcionários de toda a universidade e fóruns locais em cada um dos *campi*.

"Não se tratou apenas de atualizar o conteúdo e inserir incisos. Foi preciso partir de questões muito anteriores como: o que se espera dessa nova universidade? Que aspectos organizacionais ela deve ter? Quais serão os seus objetivos?", explica Reinaldo Salomão, membro da comissão de relatores da reforma do estatuto e professor da Disciplina de Doenças Infecciosas e Parasitárias do Departamento de Medicina. "Desde o começo pensou-se em reforma. Não estávamos partindo do zero porque tínhamos a consciência de que havia um histórico e uma tradição que precisavam ser preservados", completa Salomão.

José Luiz Guerra/Arquivo Unifesp

Modelos de estatutos de outras universidades federais, de estaduais paulistas e de universidades européias e americanas foram estudados durante todo esse período. "Era um trabalho interno, invisível à comunidade, mas de muita importância", ressalta Soraya Smaili, membro da comissão de relatores do novo estatuto e professora do Departamento de Farmacologia. Várias sugestões foram feitas nos fóruns aos artigos da versão inicial. Ao longo de nove sessões o Conselho Universitário votou uma a uma, incorporando-as ou não à redação final.

A mudança mais visível no novo estatuto foi a criação do Conselho de Assuntos Estudantis, uma reivindicação histórica dos alunos, que passa a fazer parte dos conselhos centrais da Unifesp (**quadro 1**). "Com a expansão da Unifesp, temos estudantes de todo o Brasil e a permanência deles em São Paulo, em Guarulhos ou qualquer outro *campus* cria uma série de necessidades como alimentação, moradia e transporte", diz Soraya Smaili. "Guarulhos, por exemplo, é longe das grandes redes de metrô e ônibus de São Paulo. A pedido dos alunos, foi criada uma linha de ônibus que sai do metrô e vai até a Unifesp. Esse tipo de solução será, a partir de agora, de responsabilidade da pró-reitoria de Assuntos Estudantis", completa ela. O estudante do 3º ano de Medicina Klaus Nunes Ficher, coordenador do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e membro da Comissão de Reforma do Estatuto, acha que a boa atuação da recém-criada pró-reitoria de Assuntos Estudantis vai depender muito de quem fôr o escolhido para o cargo. Na sua opinião deveria haver, pelo menos, uma consulta aos alunos antes de ser decidido quem vai cumprir essa função. Entre os maiores problemas enfrentados pelos alunos, Klaus Ficher vê o número reduzido de bolsas, a inexistência de moradia para alunos de fora de São Paulo, auxílio à alimentação e transporte. "São necessidades básicas que não têm sido resolvidas pela Universidade e que deveriam estar, de algum modo, no novo estatuto", diz ele. André Cardoso, presidente da associação de pós-graduandos, acredita que a nova pró-reitoria é um avanço e pode ser um canal importante para reivindicações. Para ele, a experiência de ter participado da comissão do novo estatuto foi bastante proveitosa mas o resultado final poderia ter demonstrado mais os desejos da comunidade. "Apesar de alguns avanços, se tivesse havido mais boa vontade, o novo estatuto teria mudado a proporção entre professores, alunos e servidores que continua muito desigual", opina André. "Foi uma boa oportunidade para a Unifesp sinalizar ao Ministério que gostaria de ver uma mudança nessa proporção", diz André. "Mas que houve avanços, isso é inegável", completa ele.

O Conselho Universitário (Consu), orgão máximo de tomada de decisões, teve a sua composição modificada neste novo Estatuto: a quase totalidade dos seus integrantes será eleita. Houve quem defendesse uma maior flexibilização e uma menor predominância dos docentes na composição dos conselhos mas ela está definida na legislação federal: pelo artigo 56, parágrafo único da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394, instituída em 20 de dezembro de 1996, os docentes devem ser 70% dos membros de qualquer conselho. Alunos e servidores dividem igualmente os 30% restantes. Os professores escolherão os seus representantes no Consu na seguinte proporção: 50% de professores titulares, 30% de associados e 20% de adjuntos. O novo Consu tem menos do que os atuais 106 membros. (**quadro 2**). "Esse novo estatuto não representa só um avanço em relação ao anterior, isso é óbvio que aconteceria, mas na minha opinião é um dos mais democráticos que nós poderíamos ter. E

Quadro 1. Conselhos Centrais
Conselho Universitário
Conselho de Graduação
Conselho de Pós-graduação e Pesquisa
Conselho de Extensão
Conselho de Administração
Conselho de Curadores
Conselho de Assuntos Estudantis

Quadro 2. Composição do CONSU

dirigentes		nº
reitor		1
vice-reitor		1
pró-reitor		5
diretor campus		5
diretor Unidade Universitária		6
sub-total		18
representantes		**nº**
docente titular	(18)	36
associado	(11)	
adjunto	(7)	
discente graduação	(8)	12
pós	(4)	
técnico administrativo		12
sub-total		60
total		78

vê-se isso na composição de todas as instâncias representativas de organização com uma participação mais significativa de alunos e técnicos administrativos do que no estatuto anterior", aponta o relator Reinaldo Salomão. "Houve um avanço inegável em alguns quesitos e uma estagnação em outros" declara o Prof.Dr. João Aléssio Juliano Perfeito. "No Consu ficou nítido que haverá um equilíbrio maior. As pessoas que estiverem lá, estarão não porque algum dia fizeram alguma coisa e sim porque convenceram a comunidade de que seria bom ele estar lá. Já nas congregações das unidades universitárias, os professores titulares terão assento permanente. É justa a valorização do mérito mas ela não deveria ser eterna. Afinal de que mérito estamos falando: do mérito que ele teve ou o do mérito que ele tem? Eles teriam que ser escolhidos pelo voto dos seus pares. Colocar todos no mesmo nível deprecia toda a categoria. Cargos 'vitalícios' num estatuto moderno, a meu ver, são um retrocesso", aponta o Prof.João Aléssio.

Cada *campus* terá um conselho com representantes eleitos. Caberá a esse conselho de *campus* a responsabilidade administrativa e acadêmica.

Os pró-reitores continuarão a ser escolhidos pelo reitor mas serão escrutinados no Conselho Universitário antes de serem nomeados. "O principal não é nem se ele vai ser aprovado ou não, mas que ele apresente uma proposta de trabalho a ser seguida", diz Reinaldo Salomão. "Até hoje não se sabia qual era a proposta de trabalho de um pró-reitor quando ele era indicado. Na verdade, eu imagino que, em geral, eles nem precisassem ter uma linha de trabalho. Ía-se construindo essa linha à medida que os problemas apareciam", completa Salomão.

Foram criadas, no novo estatuto, as Unidades Universitárias, que podem ser Escolas ou Institutos (**quadro 3**). Para ser uma Unidade Universitária, é preciso que abrigue, pelo menos, um curso de graduação, um programa de pós-graduação e exerça atividades de pesquisa. A menor unidade na nova estrutura é o departamento, ou U.A.,unidades acadêmicas. O conjunto de unidades acadêmicas forma a unidade universitária, por exemplo, a Escola Paulista de Medicina. O Prof. Ricardo Smith, presidente da comissão de Reforma do Estatuto alerta: "Imagine a seguinte situação: você cria o programa de pós-graduação que é aprovado pela Capes, passam-se três anos, ele é avaliado novamente, recebe nota 2 e fecha. Você, que criou essa escola por conta desse programa, faz o quê? Fecha a escola?"

"O importante é que o Estatuto fosse o mais simples possível, muito enxuto, com menos artigos", diz Lucila Amaral Carneiro Vianna, professora titular do Departamento de Enfermagem. De fato, o novo Estatuto tem 51 artigos, apenas dois a mais que o anterior que era de uma escola. "A nossa grande missão era transformar o estatuto de uma universidade com um único *campus* em um de uma universidade ampla", completa Lucila. Um aspecto que, na opinião dela, deveria ter sido mais discutido é a mobilidade."Essa é uma mudança global. No mundo todo, alunos e professores estão cada vez mais trocando experiências. Temos que nos abrir para esse mundo", completa ela.

> "Desde o começo pensou-se em reforma. Não estávamos partindo do zero porque tínhamos a consciência de que havia um histórico e uma tradição que precisavam ser preservados"
>
> PROF. REINALDO SALOMÃO

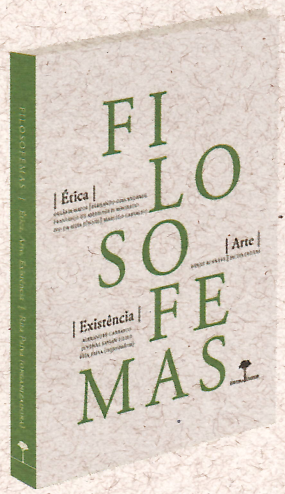
O Estatuto que a Unifesp acaba de elaborar passa a refletir o estágio atual da Unifesp mas deverá receber modificações sempre que elas forem necessárias.

O novo Estatuto precisa agora ser analisado e aprovado pelo Ministério da Educação e publicado no Diário Oficial da União. A partir disso, a Unifesp terá 60 dias para a eleição dos conselhos centrais. A tarefa seguinte será a elaboração do Regimento Geral da Unifesp. Fp

Quadro 3. Unifesp 2010

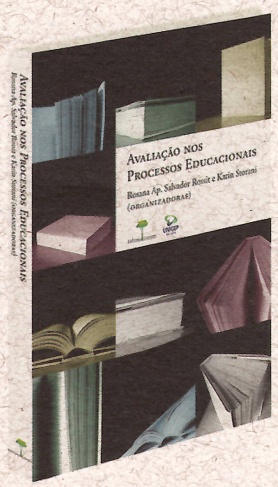
campus	unidade universitária
São Paulo	Escola Paulista de Medicina Escola Paulista de Enfermagem
Baixada Santista	Instituto de Saúde e Sociedade
Diadema	Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas
Guarulhos	Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
São José dos Campos	Instituto de Ciência e Tecnologia

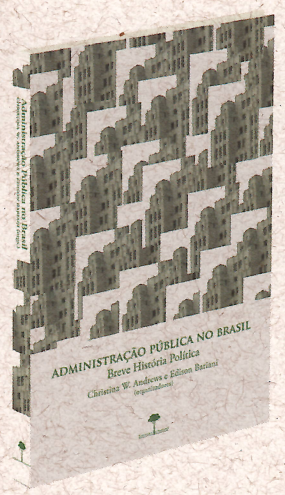
Lançamentos **Editora Unifesp**



Professores do curso de Filosofia da Unifesp assinam *Filosofemas: Ética, Arte, Existência* (328 páginas, R$ 40,00) um dos recentes lançamentos da Editora Unifesp. A organização dos textos coube à Rita Paiva, docente do *campus* de Guarulhos da Universidade Federal de São Paulo. No prefácio, o sociólogo e doutor em filosofia pelas Universidades de São Paulo e Federal do Rio Grande do Sul Ricardo Musse escreve que o livro cumpre a função de apresentar o curso e seus professores. São dez textos divididos em três blocos distintos. O primeiro deles é dedicado à ética, o segundo à arte e o terceiro à existência como desvenda o título. Olgária Matos discorre sobre a noção de imagem na obra de Walter Benjamin; Fernando Dias Andrade se utiliza do Tratado *Teológico-Político* de Spinoza para reconstituir a ideia de democracia; Francisco Pinheiro Machado analisa um texto de Herbert Macuse sobre a tolerância; Jacira Freitas escreve sobre a relação da música e da filosofia em Rousseau e Rita Paiva analisa textos de Albert Camus.

Avaliação nos Processos Educacionais (272 páginas, R$ 40,00) foi organizado por Rosana Ap. Salvador Rossit e Karin Storani, ambas professoras na Unifesp Baixada Santista. A obra funciona como um guia de processos de avaliação de aprendizagem nas diversas áreas do conhecimento e é dirigido a professores e alunos. O livro está dividido em três partes: a primeira, "Avaliação sob uma Perspectiva Ampla e Conceitual", trata dos procedimentos de avaliação no ensino superior no Brasil: como foi influenciado pela experiência europeia, a que contexto social se destina, os enigmas da avaliação da aprendizagem e as políticas educacionais do Brasil Colônia aos dias atuais. Na segunda parte, estão os processos de avaliação e qual a sua importância no conhecimento da cultura, sociedade e comportamento. A terceira parte, "Experiência da Implantação de Processos Avaliativos em Instituição de Ensino Superior", trata da experiência de um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico. O livro se destina gestores e docentes universitários que nele encontrarão vastas opções para reflexão sobre suas próprias atividades e seus projetos de avaliação.





Em doze capítulos, *Administração Pública no Brasil: Breve História Política* (296 páginas, R$ 40,00) prova que o tema, quando tratado dentro do contexto político de cada época, torna-se um assunto dos mais interessantes. Edison Bariani, autor d"As Marcas de Nascença: A Administração Pública da Colônia à República Velha", o primeiro dos textos do livro, oferece ao leitor uma visão panorâmica dos orgãos estatais ao longo do período citado no título do capítulo; Leonardo Barbosa e Silva faz uma investigação sobre o 'Decreto 200', que rege a administração federal; Christina Andrews apresenta em "Da Década Perdida Á Reforma Gerencial:1980-1998" um painel das mudanças ocorridas nas últimas duas décadas; Céli Pinto faz uma análise do Orçamento Participativo, experiência feita em Porto Alegre e Belo Horizonte; Marta Santos Farah analisa a administração descentralizada introduzida pela Constituição de 1988 e Maria Inês Caetano analisa o Sistema de Proteção Social no Brasil e o Programa Bolsa Família e aponta limitações e avanços pelos quais os programas passaram.

UNIFESP Fap

EXPEDIENTE

Ação Fap é uma publicação da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo. **Presidente:** Durval Rosa Borges **Vice-Presidente:** Luiz Roberto Ramos **Diretor Administrativo:** Conceição Vieira da Silva Ohara **Diretor de Ensino:** Sylvia Helena Souza da Silva Batista **Diretor de Pesquisa:** Afonso Celso Pinto Nazário **Diretor Financeiro:** Akira Ishida **Editor:** Ricardo Gomes (Mtb 17.118) **Editora de Arte:** Adriana Garcia **Assistente de Arte:** Henrique Lourenço **Tiragem:** 7.500 exemplares **Fap-Unifesp** Rua Dr. Diogo de Faria, 1087, 8º andar, cj. 801, CEP 04037-003, Vila Clementino, São Paulo - SP **Tel:** (11) 3369-4000 **Atendimento:** sac@fapunifesp.edu.br

IMPRESSÃO

PEOPLE
O SEU PROVEDOR DE SOLUÇÕES GRÁFICAS
www.peoplecopy.com
55 11 5543-1100